



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

245
Top

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo Legal no Agravo de Instrumento nº 0005531-68.2013.8.17.0000 (0304937-4)

Agravantes: ESTADO DE PERNAMBUCO E FUNAPE - FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Procurador(a): Renata Cristina Pinon de Medeiros Zoby

Agravados: ALMIR JOSÉ DE FRANÇA E OUTROS

Advogado(a): Bruno Leonardo Neves Silva OAB/PE 033338

RELATORA CONVOCADA : Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. RECURSO DE AGRAVO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. LCE 59/2004. GRATIFICAÇÃO DE CARÁTER GERAL. EXTENSÍVEL A PENSIONISTAS E INATIVOS.

1. De início, não cabe falar em prescrição de fundo de direito, mas sim em prescrição quinquenal, estando prescritas apenas as parcelas anteriores ao quinquênio que antecedeu a propositura da demanda, uma vez que, em razão de o plano de fundo da presente contenda se subsumir a verbas remuneratórias, está-se diante de relações de trato sucessivo, surgindo-se uma nova pretensão a cada mês.
2. A concessão de liminar em matéria previdenciária contra o Poder Público não fere o caráter vinculante da decisão proferida pelo STF na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 04/DF.
3. Já é entendimento pacífico no STF que os inativos e pensionistas têm direito à paridade de vencimentos com os servidores da ativa, considerando auto-aplicável tal preceito constitucional. Desnecessário, assim, discutir-se acerca da constitucionalidade do art. 14 da LC 59/04, inexistindo ofensa à cláusula de reserva de plenário.
4. Como cediço, a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, nos termos do art. 8º da LCE nº 59/04, deve ser concedida aos militares em serviço ativo na Polícia Militar que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da mesma lei, cumulativamente lotados nas Unidades Operacionais da Corporação e nos Órgãos de Direção Executiva, mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo.
5. Em outras palavras, o conteúdo destes dispositivos legais induz que a gratificação em lume, por incluir os militares que atuam na própria atividade-fim da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas, nada obstante a vedação expressa no art. 14 da Lei Complementar nº 59/04.
6. Agravo Legal a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo nº 0304937-4 em que figura como agravantes O ESTADO DE PERNAMBUCO E FUNAPE - FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO e como agravados ALMIR JOSÉ DE FRANÇA E OUTROS ACORDAM os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO ao presente recurso, nos termos do relatório, voto e das inclusas notas taquigráficas, que passam a integrar este aresto.

Recife, 24 de setembro de 2013.

Juíza Cátia Luciene Laranjeira de Sá
Relatora Convocada



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

246
RP.

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo Legal no Agravo de Instrumento nº 0005531-68.2013.8.17.0000 (0304937-4)

Agravantes: ESTADO DE PERNAMBUCO E FUNAPE - FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Procurador(a): Renata Cristina Pinon de Medeiros Zoby

Agravados: ALMIR JOSÉ DE FRANÇA E OUTROS

Advogado(a): Bruno Leonardo Neves Silva OAB/PE 033338

RELATORA CONVOCADA : Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

RELATÓRIO

Vistos e examinados etc.

Trata-se de Recurso de Agravo Legal contra decisão monocrática desta relatoria proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 0304937-4, que, com supedâneo no art. 557, *caput*, do CPC, negou seguimento ao recurso apresentado pelos Agravantes que ia de encontro à jurisprudência dominante deste E. Tribunal de Justiça, do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

Afirmam os agravantes ser expressa a vedação à concessão da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, uma vez que esta implicaria no pagamento de vantagem remuneratória aos agravados antes do trânsito em julgado da sentença, em contrariedade aos artigos 1º e 2º-B da Lei nº 9.494/97, bem como o art. 5º da Lei nº 4.348/64 e ao § 2º, do art. 7º da Lei nº 12.016/09.

Expõem que não há verossimilhança nas alegações autorais, pois destituídas da possibilidade de virem a se consagrar no julgamento da ação, como também não restou configurado o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, requisitos essenciais à concessão da medida.

Acrescentam, ainda, que inexistente, no caso concreto, a possibilidade de incorporação na pensão dos agravados da gratificação de risco de policiamento ostensivo, tendo em vista que tal parcela é devida tão somente àqueles servidores da ativa que desempenham as atividades estatuídas na Lei Complementar nº 59/2004, em razão de sua natureza *propter laborem*.

Afirmam, também, os agravantes que a ação só foi ajuizada pelos agravados em 2013, de modo que, inexistente a alegada urgência.

Aduzem que o art. 14 da Lei Complementar nº 59/04 veda expressamente a incorporação da referida gratificação aos proventos ou pensões



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

247
[assinatura]

dos militares que fazem jus à sua percepção, bem como, alega nulidade da decisão por violação à cláusula de reserva de plenário.

Pleiteiam a exclusão da multa diária aplicada pelo juízo da primeira instância.

Requerem, ao final, que esta relatoria reconsidere a decisão recorrida ou que apresente o recurso em mesa para julgamento perante a 1ª Câmara de Direito Público.

Não sendo caso de retratação, submeto o feito ao julgamento desta Câmara de Direito Público.

É o que, de relevo, se tem a relatar.

Recife, 24 de 09 de 2013.

Juíza Cátia Luciene Laranjeira de Sá
Relatora Convocada



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

248
JP.

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo Legal no Agravo de Instrumento nº 0005531-68.2013.8.17.0000 (0304937-4)
Agravantes: ESTADO DE PERNAMBUCO E FUNAPE - FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E
PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Procurador(a): Renata Cristina Pinon de Medeiros Zoby
Agravados: ALMIR JOSÉ DE FRANÇA E OUTROS
Advogado(a): Bruno Leonardo Neves Silva OAB/PE 033338
RELATORA CONVOCADA : Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

VOTO

Ante aos exatos argumentos suscitados no recurso voluntário anteriormente interposto, novamente socorro-me dos fundamentos encampados na decisão monocrática ora vergastada.

De início, registro que a concessão de liminar em matéria previdenciária contra o Poder Público não fere o caráter vinculante da decisão proferida pelo STF na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 04/DF.

Apenas com intuito de rememorar, a decisão proferida pela Corte Suprema na mencionada ADC impediu a concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública nos casos previstos no art. 1º da Lei nº 9.494/97. Dentro as hipóteses excludentes deste art. 1º, está o art. 1º da lei 8.437/92, que dispõe que "Não será cabível medida liminar contra atos do Poder Público, no procedimento cautelar ou em quaisquer outras ações de natureza cautelar ou preventiva, toda vez que providência semelhante não puder ser concedida em ações de mandado de segurança, em virtude de vedação legal".

Entretanto, o mesmo STF editou a súmula nº 729, que excepcionou o impedimento à concessão de liminar nas causas de natureza previdenciária. Vejamos:

"Súmula 729 STF: A decisão na ADC-4 não se aplica à antecipação de tutela em causa de Natureza previdenciária".

O Superior Tribunal de Justiça já se pronunciou a respeito do assunto, tendo a Corte Especial, à unanimidade, negado provimento a Agravo Regimental, por entender que "As limitações à concessão de antecipação dos efeitos da tutela, ou mesmo da execução de sentença antes do trânsito em julgado, contra o Poder Público, previstas na Lei nº 9.494, de 1997, não alcançam os pagamentos devidos aos servidores inativos e pensionistas, na linha da



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

249
[assinatura]

jurisprudência" (STJ - Corte Especial - AgRg na suspensão de Liminar e de Sentença nº 1.545-RN (2012/0056659-8)- Relator Ministro Presidente do STJ - julgado em 02/05/2012).

Da mesma maneira entende este e. Tribunal de Justiça. Vejamos:

"DIREITO ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. PENSÃO POR MORTE. MENOR IMPÚBERE. RECEBIMENTO PELA GUARDIÃ. DESNECESSIDADE DE MANDATO PARA RECEBIMENTO. AGRAVO DE INSTRUMENTO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME.1-Não há óbice à antecipação de tutela meritória contra a Fazenda Pública quando se tratar de matéria previdenciária, nos termos da Súmula 729 do STF. 2-Não cabe à FUNAPE suspender a pensão do menor por ausência de mandato para recebimento pela guardiã, tendo em vista o disposto no § 3º do art. 56, da Lei Complr nº 28/2000, que não faz tal exigência ao civilmente incapaz.283-O receio de dano irreparável é evidenciado pelo caráter alimentar da prestação 4-Agravo de Instrumento a que se nega provimento. 5-Decisão Unânime. (215346620118170001 PE 0010819-65.2011.8.17.0000, Relator: Fernando Cerqueira, Data de Julgamento: 08/11/2011, 7ª Câmara Cível, Data de Publicação: 212)."

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO DE AGRAVO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. CAUSA PREVIDENCIÁRIA. POSSIBILIDADE. SÚMULA 729 DO STF. INTEGRALIDADE DE PENSÃO POR MORTE. ART. 40 DA CF/1988. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. LEI COMPLR ESTADUAL Nº 59/2004. CARÁTER GERAL. EXTENSÍVEL ÀS PENSIONISTAS. RECURSO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.72940CF/1988591.Dispõe a Súmula 729 do Supremo Tribunal Federal que a "decisão na ADC-4 não se aplica à antecipação de tutela em causa de natureza previdenciária". Versando a decisão proferida na ADC-4 precisamente sobre o art. 1º da Lei nº 9.494/97, não incidem os pretendidos óbices à antecipação dos efeitos da tutela concedida em desfavor da Fazenda Pública. ADC-4 ADC-4 1º9.4942.Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Complementar Estadual nº 59/2004, por se tratar de gratificação de caráter geral, deverá ser paga aos pensionistas e Inativos.3.Recurso de agravo a que se nega provimento de forma unânime. Decisão mantida. (2604160 PE 0023691-15.2011.8.17.0000, Relator: Fernando Cerqueira, Data de Julgamento: 10/01/2012, 7ª Câmara Cível, Data de Publicação: 12/2012)."

Isso posto, entendo que não há óbice à concessão liminar no caso ora em análise.

A controvérsia dos autos diz respeito à possibilidade de percepção, pelos autores/agravados, da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, instituída pela Lei Estadual nº 59/04.

Em verdade, o substrato fático da lide é incontroverso, remanescendo em discussão questão exclusivamente de direito, concernente à extensão, ou não, aos inativos e pensionistas, da vantagem remuneratória denominada "gratificação de risco de policiamento ostensivo".

[assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

250
JP.

Pois bem.

A discussão de fundo já se encontra pacificada no plano local, consoante demonstram os precedentes a seguir, deste Tribunal:

"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. DECISÃO TERMINATIVA. RECURSO DE AGRAVO. INTEGRALIDADE DE PENSÃO POR MORTE. ART. 40 CF/1988. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL. POSSIBILIDADE. GRATIFICAÇÃO DE JORNADA EXTRA. PROPTER LABOREM. IMPOSSIBILIDADE. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE ATIVIDADE DE DEFESA CIVIL. BOMBEIROS MILITARES. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Pleiteia-se a o pagamento das pensões por morte nos valores que seriam devidos aos ex-servidores caso em atividade, incluindo-se as gratificações de Jornada Extra, de Risco de Policiamento Ostensivo, bem como a de Risco de Atividade de Defesa Civil. 2. A Gratificação de Jornada Extra de Segurança se refere à realização de trabalhos específicos, caráter propter laborem, portanto, inextensível aos inativos. 3. A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, Instituída pela Lei Complementar Estadual nº 59/2004, tem caráter de generalidade, de tal forma que deve ser estendida aos inativos. 4. Quanto à Gratificação Risco de Atividade de Defesa Civil, encontra-se prevista na Lei Complementar nº 059/2004, cujo art. 12 dispõe que tão-somente se aplica aos bombeiros militares que cumprirem determinados requisitos. Não é o caso. 5. Recurso conhecido e parcialmente provido - À Unanimidade." (Recurso de Agravo 154407-2/01, Relator Des. João Bosco Gouveia de Melo, 7CC, Julgado em 21.10.2008). (grifos nossos)

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. INCORPORAÇÃO AOS PROVENTOS DOS INATIVOS E PENSIONISTAS. ART. 40, §5º, DA CF/88. TUTELA ANTECIPADA. POSSIBILIDADE. MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA DE NATUREZA ALIMENTAR. ACLARATÓRIOS REJEITADOS. 1. Em se tratando de matéria de benefício previdenciário, por sua natureza alimentar, não se aplicam os óbices legais à concessão de liminares contra a Fazenda Pública. 2. No caso, a gratificação estendida e mantida aos proventos da embargada foi a concernente ao Policiamento Ostensivo. 3. Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Complementar Estadual nº 59/2004, por se tratar de gratificação de caráter geral, há de ser paga aos pensionistas e inativos. 4. Embargos conhecidos para fins de prequestionamento do disposto nos arts. 40, §§7º e 8º, 100, 169 e 195, §5º, da CF/88, 730 do CPC, 2º-B, da Lei nº 9.494/97, Lei Complementar Estadual nº 59/04, Lei Estadual nº 11.327/96 e Súmula 729 STF. 5. Aclaratórios rejeitados por unanimidade." (Embargos de Declaração 154614-7/02, Relator Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, 8CC, Julgado em 02/10/2008). (grifos nossos).

De fato, a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Estadual nº 59/04, é uma vantagem com caráter de generalidade, extensível a todos os policiais militares que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da referida lei, "e que, cumulativamente, estejam lotados nas Unidades



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

251
TJP.

Operacionais da Corporação (Batalhões e Companhias Independentes) e nos órgãos de Direção Executiva (Comandos de Policiamento), mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo".

Deveras, observo que as atividades previstas no art. 2º da lei em comento, abrangem "*as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vista à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei 11.328/96*", compreendendo, a meu ver, todos os tipos de atividade policial, configurando o seu caráter de generalidade.

O teor dos dispositivos legais retro mencionados aponta no sentido de que a gratificação em testilha, por abranger os militares que atuam na própria atividade-fim da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas.

De fato, não obstante a vedação expressa no art. 14 da Lei Complementar 59/04, quanto à incorporação de tal gratificação "*aos proventos ou pensões dos referidos militares*", observa-se que a mesma constitui, em essência, vantagem de caráter geral, paga em decorrência do exercício de atribuições próprias do cargo, mediante prestação de serviço em condições normais, não sendo, ao reverso, condicionada nem a aspectos individuais nem a circunstâncias peculiares do trabalho dos servidores que a percebem na ativa.

Por isso, impõe-se a extensão aos inativos e pensionistas, da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo conferida aos policiais militares da ativa pela LC 59/04.

Desse modo, o reconhecimento do caráter geral da gratificação de policiamento ostensivo é suficiente só por si (por força da auto-aplicabilidade da regra constitucional) para implicar no deferimento do pedido, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade, ou não, do dispositivo encartado no art. 14 da LCE nº 59/04, não sendo o caso de ofensa ao princípio da reserva de plenário (art. 97, da CF/88).

Nesse sentido seguem as seguintes decisões monocráticas, proferidas por Ministros do Supremo Tribunal Federal em casos idênticos:

7



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

252

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. EXTENSÃO AOS SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS. NATUREZA JURÍDICA. ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280 DO STF. AUMENTO DE REMUNERAÇÃO. LEI ESPECÍFICA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. OFENSA À CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. INOCORRÊNCIA.

1. A repercussão geral pressupõe recurso admissível sob o crivo dos demais requisitos constitucionais e processuais de admissibilidade (art. 323 do RISTF). Consectariamente, se o recurso é inadmissível por outro motivo, não há como se pretender seja reconhecida a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso (art. 102, III, § 3º, da Constituição Federal). 2. O prequestionamento da questão constitucional é requisito indispensável à admissão do recurso extraordinário, sendo certo que eventual omissão no acórdão recorrido reclama embargos de declaração. 3. As Súmulas 282 e 356 do STF dispõem respectivamente: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada" e "O ponto omissivo da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento". 4. Os benefícios ou vantagens de caráter geral, concedidos aos servidores da ativa, são extensíveis aos inativos e pensionistas, nos termos do artigo 40, § 8º, da CF (redação decorrente da EC n. 20/98). 5. A ofensa a direito local não viabiliza o apelo extremo (Súmula 280 do STF). 6. O princípio da reserva de plenário resta indene nas hipóteses em que não há declaração de inconstitucionalidade por órgão fracionário do Tribunal de origem, mas apenas a interpretação e a conclusão de que a lei invocada não é aplicável ao caso em apreço. Precedentes: ARE 676.661-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe de 15/05/2012; e RE 612.800-AgR, Rel. Min. Ayres Britto, Segunda Turma, DJe de 05/12/2011. 7. In casu, o acórdão recorrido assentou: "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO EM FACE DE DECISÃO TERMINATIVA PROFERIDA EM SEDE DE APELAÇÃO ART. 557, §1-A CPC. ALEGAÇÃO DE DESRESPEITO À CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO INACOLHIDA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. DECISÃO UNÂNIME. 1. Já é entendimento pacífico no STF que os inativos e pensionistas têm direito à paridade de vencimentos com os servidores da ativa, considerando auto-aplicável tal preceito constitucional. Desnecessário, assim, discutir-se acerca da constitucionalidade do artigo 14 da Lei Complementar 59/04, inexistindo ofensa à cláusula de reserva de plenário. 2. A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Estadual nº 59/04, é uma vantagem com caráter de generalidade, extensível a todos os policiais militares que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da referida lei, 'e que, cumulativamente, estejam lotados na Unidades Operacionais da Corporação (Batalhões e Companhias Independentes) e nos órgãos de Direção Executiva (Comandos de Policiamento), mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo'. Observa-se que as atividades previstas no art. 2º da lei em comento, abrangem 'as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vista à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei 11.328/96', compreendendo, a meu ver, todos os tipos de atividade policial, configurando o seu caráter de generalidade. Por isso, impõe a extensão aos inativos e aos policiais militares da ativa pela LC 59/04. 3. Recurso de agravo a que se nega provimento. 4. Decisão unânime." 8. Agravo a que se nega seguimento.

(...)



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

253
Top.

Por fim, não há falar em violação ao artigo 97 da Constituição Federal, por inobservância da cláusula de reserva de plenário, pois não se verifica declaração de inconstitucionalidade por órgão fracionário do Tribunal de origem, mas apenas a interpretação de que a lei invocada não é aplicável ao caso em apreço. Neste sentido, menciono os seguintes julgados:

"EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PREVIDENCIÁRIO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. 1) Vantagem de caráter geral: extensão aos inativos. Precedentes. 2) Natureza da gratificação. Impossibilidade de análise de legislação local. Súmula n. 280 do Supremo Tribunal Federal. 3) Ausência de contrariedade ao art. 97 da Constituição da República. 4) Agravo regimental ao qual se nega provimento." (ARE 676.661-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe de 15/05/2012)

(...)

Ex positis, nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF. Publique-se. Int.. (ARE 686995, Relator(a): Min. LUIZ FUX, julgado em 15/06/2012, publicado em DJe-122 DIVULG 21/06/2012 PUBLIC 22/06/2012)

DECISÃO GRATIFICAÇÃO - NATUREZA - EXTENSÃO - POSSIBILIDADE - AGRAVO DESPROVIDO.
1. Incumbe ao agravante atentar para as balizas do acórdão impugnado mediante o extraordinário. A Corte soberana no exame da lei local e dos fatos dela decorrentes registrou que a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo foi genérica quanto aos destinatários, podendo ser estendido aos pensionistas e inativos. Ora, está-se diante de controvérsia cujo encerramento fica no âmbito da jurisdição do Estado federado. Não há questão constitucional a ser dirimida. 2. Conheço deste agravo e o desprovejo. 3. Publiquem. Brasília, 13 de abril de 2011. Ministro MARCO AURÉLIO Relator
(AI 782724, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, julgado em 13/04/2011, publicado em DJe-077 DIVULG 26/04/2011 PUBLIC 27/04/2011)

DECISÃO: vistos, etc. *Trata-se de agravo de instrumento contra decisão obstativa de recurso extraordinário, este interposto com suporte na alínea "a" do inciso III do art. 102 da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. Acórdão assim ementado (fls. 119):*

"RECURSO DE AGRAVO. INTEGRALIDADE DE PENSÃO POR MORTE, NELA INCLuíDA A GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. RECURSO IMPROVIDO. 1. O pedido deduzido na ação mandamental de origem tem por fundamento a regra constitucional da paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas (à luz do princípio tempus regit actum), regra esta considerada auto-aplicável pela jurisprudência pacífica no STF. 2. Assim, o reconhecimento do caráter geral da gratificação de policiamento ostensivo é suficiente só por si (por força da auto-aplicabilidade da regra constitucional) para implicar no deferimento do pedido, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade, ou não, do dispositivo encartado no art. 14 da LCE nº 59/04, não havendo, pois, violação ao art. 97 da Carta Magna. 3. Ademais disso, os arts. 2º e 8º da Lei Estadual nº 59/04 apontam no sentido de que a gratificação em testilha, por abranger os militares que atuam na própria atividade-fim da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas. 4. De fato, não obstante a vedação expressa no art. 14 da Lei Complementar 59/04, quanto à incorporação de tal gratificação "aos proventos ou pensões dos referidos militares", observa-se que a mesma constitui, em essência, vantagem de caráter geral, paga em decorrência do



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

254
JP

exercício de atribuições próprias do cargo, mediante prestação de serviço em condições normais, não sendo, ao reverso, condicionada nem a aspectos individuais em a circunstâncias peculiares do trabalho dos servidores que a percebem na ativa. 5. Neste contexto, nhã há que se falar em violação ao princípio da legalidade, eis que é a própria Constituição Federal, em seu art. 40, §§ 7º e 8º, com redação anterior à EC nº 41/2003, que ampara o direito à paridade da pensão da agravada. 6. A decisão vergastada deixou claro o entendimento deste Egrégio Tribunal de Justiça quanto à incorporação da gratificação de risco de policiamento ostensivo - conferida aos policiais militares da ativa pela LC 59/04 - aos inativos e pensionistas, em virtude do seu caráter geral, fazendo para tanto, referência a julgados de ambas as Câmaras Fazendárias. 7. Manutenção da decisão agravada, por seus próprios fundamentos, não elididos pelas razões recursais. 8. Recurso de Agravo improvido, à unanimidade."

2. Pois bem, a parte agravante sustenta violação ao inciso X do art. 37, aos §§ 7º e 8º do art. 40, bem como ao art. 97 da Magna Carta de 1988.
3. Tenho que o agravo não merece acolhida. Isso porque, para se chegar a conclusão diversa da adotada pela instância judicante de origem, se faz necessário o reexame da legislação local aplicada à espécie. Tal providência, contudo, é vedada neste momento processual, conforme a Súmula 280/STF.
4. No mesmo sentido, veja-se o AI 795.765-AgR, sob a relatoria da ministra Cármen Lúcia.
5. De mais a mais, ressalto que a suposta afronta ao princípio da cláusula de reserva de plenário, inscrita no art. 97 da Constituição da República, é despicienda, dado que o aresto impugnado não afastou a aplicação de lei ou ato normativo do Poder Público. Isso posto, e frente ao art. 557 do CPC e ao § 1º do art. 21 do RI/STF, nego seguimento ao agravo. Publique-se. Brasília, 05 de abril de 2011. Ministro AYRES BRITTO Relator (AI 813018, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, julgado em 05/04/2011, publicado em DJe-093 DIVULG 17/05/2011 PUBLIC 18/05/2011)."

Quanto à aplicação da multa cominada pelo juízo de primeira instância é preciso destacar que é medida juridicamente cabível, com base no artigo 461 do CPC, cuja finalidade é fazer a parte cumprir a obrigação que lhe foi imposta. A quantia estipulada não pode ser insignificante a ponto de ser mais vantajoso pagá-la, do que cumprir a obrigação.

Na mesma diretriz da conclusão formulada na sentença de 1º grau, colacionem-se os seguintes precedentes:

EMENTA: RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. FAZENDA PÚBLICA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. FIXAÇÃO DE MULTA DIÁRIA. CABIMENTO. PRECEDENTES. Esta Corte Superior de Justiça pacificou o entendimento de que, na obrigação de fazer, é permitido ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, fixar multa diária cominada à Fazenda Pública pelo descumprimento da obrigação no prazo estipulado. Precedentes. A respeito da mencionada multa, lecionam Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery que "o objetivo das astreintes não é obrigar o réu a pagar o valor da multa, mas obrigá-lo a cumprir a obrigação na forma específica. A multa é apenas inibitória. (...) Vale dizer, o devedor deve sentir ser preferível cumprir a obrigação na forma específica a pagar o alto valor da multa fixada pelo juiz". Dessa forma, deve ser mantida a imposição da multa diária de



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

255
TJP

R\$ 100,00 (cem reais) ao Estado do Rio Grande do Sul para que providencie a internação hospitalar do filho da autora. Recurso especial improvido.

(STJ) , Relator: Ministro FRANCIULLI NETTO, Data de Julgamento: 04/08/2005, T2 - SEGUNDA TURMA)

EMENTA: ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. APLICAÇÃO DE MULTA PREVISTA NO ART. 461, §§ 4º E 5º, DO CPC. IMPOSSIBILIDADE DE REDIRECIONAMENTO AO GESTOR PÚBLICO POR NÃO SER PARTE NO FEITO. 1. Nos termos da jurisprudência pacífica desta Corte, em se tratando de obrigação de fazer, é permitido ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, a imposição de multa cominatória ao devedor (astreintes), mesmo contra a Fazenda Pública. 2. Não é possível, contudo, a extensão ao agente político de sanção coercitiva aplicada à Fazenda Pública em decorrência da sua não participação efetiva no processo. Entendimento contrário acabaria por violar os princípios do contraditório e da ampla defesa. Agravo regimental improvido.

(STJ), Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 02/05/2013, T2 - SEGUNDA TURMA)

Dessa forma, deve ser mantida a imposição da multa diária de R\$ 300,00 (trezentos reais) fixada na decisão do juiz de 1º grau.

Forte em tais razões, VOTO pelo NÃO PROVIMENTO do presente recurso de agravo, com a manutenção da decisão fustigada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 24 de 09 de 2013.

Juíza Cátia Luciene Laranjeira de Sá
Relatora Convocada